

Falta de quorum adia encerramento da Ordem Social

BRASÍLIA — Por falta de quorum, ontem, para abrir os trabalhos, a Constituinte deixou para a próxima semana o exame do restante do Título VIII. Ao chegar ao plenário, momentos antes, o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães (PMDB-SP), fora saudado por um coro de descontentes:

— Olha a hora, Presidente! Olha a hora!

A reação era previsível. Numa sexta-feira, dia de revoada dos políticos para fora de Brasília, o Presidente chegava às 10h40m, com mais de uma hora de atraso. A sessão deveria ter começado precisamente às 9h. Ulysses justificou-se dizendo ter recebido algumas pessoas no seu gabinete e, imediatamente, deu início à verificação de quorum.

A sessão só pode ser aberta com a presença de 280 constituintes. O painel eletrônico registrava apenas 269 presenças. Rapidamente, Ulysses deu a sessão por encerrada e comunicou, sob aplausos, que viajaria em seguida para São Paulo.

Na segunda-feira, será votado o

Capítulo referente à Ciência e Tecnologia, já com acordo firmado, e talvez o da Comunicação, no qual ainda há dificuldades relativas às atribuições do Conselho Nacional de Comunicação e ao quorum necessário para a aprovação da renovação de concessões de rádio e TV pelo Congresso.

No ponto a que haviam chegado, ontem, as negociações sobre a Comunicação, a expectativa era de que houvesse consenso, deixando as atribuições do Conselho para a lei ordinária. A sua composição já foi determinada: os membros serão indicados pelos partidos, de acordo com o critério de proporcionalidade, e não precisam ser parlamentares.

Já a questão da renovação das concessões estava ainda indefinida. Existem duas propostas em debate. Um grupo é a favor de estabelecer o quorum de maioria absoluta do Congresso, por entender que assim fica mais difícil cassar uma concessão. A outra alternativa é copiar a lei norte-americana, tornando a renovação automática, salvo em casos de descumprimento das disposições legais.

As reuniões prosseguirão no final de semana, envolvendo, pelo PMDB, os Deputados Arthur da Távola (PMDB-RJ), Antonio Brito (PMDB-RS) e Cristina Tavares (PMDB-PE) e pelo Centrão Rita Furtado (PFL-RÓ) e Eraldo Tinoco (PFL-BA).

As lideranças estão prevendo uma votação tranqüila para o Capítulo da Ciência e Tecnologia, já que o ponto que seria o mais polêmico — a reserva de mercado — foi definido na decisão tomada pelo plenário sobre o conceito de empresa nacional. Está incluído no acordo dispositivo prevendo legislação específica para os setores beneficiados pela reserva de mercado, como a informática.

O plenário vai votar em separado o artigo do acordo sobre Ciência e Tecnologia que obriga União, Estados e Municípios a aplicarem no setor dois por cento dos recursos orçamentários. Como existe entendimento anterior das lideranças, de que somente a educação teria percentual orçamentário fixado constitucionalmente, a matéria terá que ser decidida pelo plenário.